

Os garífunas: transnacionalidade territorial, construção de identidades e ação política*

Carlos Agudelo*

Resumo

Os garífunas, fruto da miscigenação entre africanos e indígenas caribes durante o período colonial povoam desde o final do século XVIII as costas caribenhas de 4 países da América Central (Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua). Atualmente, graças a um processo migratório constante iniciado em meados do século XX, boa parte de sua população vive nos Estados Unidos. A transnacionalidade oriunda de sua territorialização na América Central e sua presença mais recente nos Estados Unidos foi sempre acompanhada de uma rica circulação de símbolos identitários. Esses símbolos articulam diversas representações etnoraciais que vão se transformando sob a influência de processos políticos e sociais de caráter nacional, regional ou global até chegar a uma identificação genérica como povo afrodescendente.

Palavras-chave: identidades, transnacional, mobilização, política, cultura.

Abstract

The Garífunas: Territorial Transnationality, Identity Building and Political Action

The Garífunas resulted from the miscegenation, during the colonial period, between African and indigenous Caribbeans who live since the end of the 18th century along the Caribbean coasts of four Central American countries (Belize, Guatemala, Honduras and Nicaragua). As a consequence of a constant migration process beginning in midst the 20th century, a great part of its population is now living in the United States. The Garífunas' transnationality, due to its territorialization in Central America and their recent existence in the United States, has always been followed by an enriching circulation of identity symbols. Those articulate several ethnoracial representations that keep being transformed by the influence of national, regional or global political processes and have caused the Garífunas to be generically identified as Afrodescendants.

Keywords: identities, transnational, mobilization, politics, culture.

* Devo este trabalho, em grande parte, a colegas que estudam o povo garífuna há muito mais tempo do que eu. Tanto a leitura dos resultados de algumas de suas pesquisas como as oportunidades de participação em espaços de reflexão e conversas informais foram determinantes para a elaboração deste texto. Agradeço a Alfonso Arrivillaga, Jorge Amaya, Joseph Palacio, Mark Anderson, Dario Euraque, Nicolas Rey e também a Odile Hoffmann pelos comentários e sugestões feitos a este texto. Um agradecimento especial às comunidades e aos líderes garífunas que me acolheram e permitiram que eu participasse de sua dinâmica evolutiva. A tradução é de Leila Almeida.

** O autor é Doutor em Sociologia e Coordenador para a América Central do Centro de Estudos Mexicanos e Centroamericanos – CEMCA e pesquisador dos Programas AFRODESC-EURESCL. E-mail: agudelo04@yahoo.fr

Os garífunas, conhecidos inicialmente até boa parte do século XX como *caribes negros*¹, são a expressão de um processo de miscigenação entre africanos procedentes do tráfico de escravos e indígenas caribes-aruaques ocorrido durante o período colonial nas Pequenas Antilhas, principalmente na Ilha de São Vicente. Deportados pelos ingleses em grande quantidade para a América Central, os garífunas iniciam, em 1797, o povoamento das costas caribenhas de quatro países (Honduras, Belize, Guatemala e Nicarágua). Atualmente, devido a um processo migratório constante iniciado em meados do século XX, boa parte de sua população vive nos Estados Unidos.

As estatísticas demográficas sobre a população garífuna na América Central e nos Estados Unidos apresentam oscilações importantes. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para a América Central, em 2003 haveria 200 mil garífunas em Honduras, 15 mil em Belize, 5 mil na Guatemala, e 2 mil na Nicarágua, totalizando aproximadamente 222 mil pessoas nos quatro países. Não há estatísticas precisas sobre a população garífuna residente nos Estados Unidos, mas diferentes fontes² mencionam uma quantidade igual ou superior à dos garífunas que habitam a América Central, o que totalizaria uma população de cerca de 400 mil indivíduos³.

O deslocamento garífuna foi sempre acompanhado de uma rica, complexa e, às vezes, contraditória circulação de símbolos etnoraciais. Estes se fazem presentes desde a chegada forçada de seus ancestrais africanos às ilhas do Caribe, em seu processo de miscigenação afroindígena e no povoamento das Pequenas Antilhas. A dinâmica construção identitária continua se manifestando em sua passagem para a América Central como caribes negros, na transnacionalidade de sua territorialização e em sua presença mais recente nos Estados Unidos. A multiplicidade de representações e autorrepresentações sobre o que é ser garífuna continuou existindo até sua afirmação atual como parte da diáspora afrodescendente das Américas.

Nos quatro países da América Central mencionados, os garífunas conquistaram uma notoriedade significativa no contexto atual de reconhecimento da diversidade cultural e do multiculturalismo institucionalizado. Esse grupo populacional desempenhou um papel importante nas dinâmicas políticas de visibilidade dos povos de origem africana através do reforço das categorizações etnoraciais (geralmente seguindo as pautas do modelo aplicado aos povos indígenas). Esse protagonismo resultou, com particularidades em cada país, em sua caracterização oficial como “grupo étnico”, na incorporação de suas expressões culturais como parte da identidade nacional e no reconhecimento de sua cultura como patrimônio universal cultural intangível da humanidade⁴.

Os garífunas foram identificados como indígenas, e eles mesmos reivindicaram em certos momentos de sua história sua condição de povo indígena, baseados em um discurso sobre suas raízes caribe-aruaques, e a permanência de algumas de suas expressões culturais. Atualmente, os processos de mobilização política dos garífunas articulam um discurso de inclusão nas sociedades nacionais, ao mesmo tempo em que proclamam sua identidade transnacional como garífunas e integrantes da diáspora afrodescendente das Américas.

Essa particularidade os diferencia de outros processos de reivindicação identitária de bases etnorraciais nas Américas, como é o caso dos povos indígenas e dos demais afrodescendentes. A flexibilidade de mobilização de vários registros identitários de forma sucessiva e, às vezes, simultânea amplia sua margem de manobra permitindo a articulação de suas reivindicações tanto em contextos nacionais como transnacionais.

Essas dinâmicas de inclusão dos garífunas coexistem e interagem com fatores que, baseados também em um ordenamento racial estrutural originado no período colonial, mantêm formas de exclusão social e discriminação dessas populações historicamente inscritas e fortemente interiorizadas nas sociedades nacionais, embora não desprovidas de transformações.

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de uma perspectiva histórica, a dinâmica de construção das identidades garífunas, os atores que intervêm nesses processos e sua dinâmica política. Pretendo explicitar as articulações e tensões entre afirmação da diferença através de sua categorização etnorracial e sua integração plena nas sociedades nacionais articulada com sua afirmação como comunidade transnacional. Para tanto, após uma contextualização histórica e regional, exporei as características distintivas fundamentais das dinâmicas próprias de cada contexto nacional, incluindo os Estados Unidos.

Avatares da categorização racial. De africanos a caribes negros

Em geral, as descrições, relatos e documentos do período colonial se referem aos africanos nas Américas como *negros* ou *escravos*, ou como *selvagens* e *quilombolas* no caso dos que resistiam e conseguiam escapar da escravidão. A adoção de uma forma de nomeação e caracterização, com a denominação de *caribes negros*, por parte dos atores coloniais, é a constatação de uma transformação significativa e do surgimento de um novo grupo humano que não impedia, no entanto, que se utilizasse frequentemente a categoria clássica de escravo foragido, negro, selvagem etc. Segundo González (2008, p. xv), *garífuna* é uma transformação de *kalinago*, nome utilizado pelos espanhóis para denominar os povos que encontraram nas Pequenas Antilhas ao chegarem à região, desde 1492, a partir da forma como esses povos se automeavam. Mas o termo “caribe” foi usado desde o início do século XVI para definir os “índios selvagens” das Antilhas. A relação linguística entre *kalinago* e caribe leva ao termo canibal (que significa antropófago) e que foi usado quase como sinônimo em certos períodos durante a colônia e posteriormente em estudos sobre os povos com a denominação genérica de caribes (Taylor, 1958). Segundo Breton (1665), os povoadores das Pequenas Antilhas se automeavam *calliponan*, *calinago* ou *carinaco* que se transformou em *Callina*, *Karina Karibe*, *Galibi* até chegar a *Garífuna* ou *Garinagu*.

Nas Antilhas, povoadas inicialmente por indígenas, a presença precoce (desde meados do século XVI) de europeus e africanos forja uma dinâmica de miscigenação que assume várias formas nas diferentes ilhas. No caso da ilha de São Vicente, os relatos da história garífuna registram a chegada dos primeiros africanos em 1635 após o naufrágio, próximo à ilha, de dois barcos espanhóis que transportavam escravos com a consequente fuga dos africanos àquele local⁵. Sobre a presença indígena nas ilhas, a versão mais aceita se baseia

em descrições de viajantes, religiosos e registros coloniais ingleses e franceses que se referem às migrações para as Antilhas de povos aruaques e caribes procedentes da Amazônia, no sul do continente americano, anteriores à presença colonial europeia⁶. Segundo essas mesmas fontes, por volta do início do século XVIII, em São Vicente, o fenótipo negro se tornou predominante sem que desaparecesse um grupo de indígenas caribes também chamados de caribes vermelhos ou amarelos⁷, que passou a ser minoritário.

As crônicas de autoridades coloniais, missionários e exploradores continuam sendo os elementos de partida para a reconstrução da história tanto dos africanos e indígenas como da vida dos caribes negros em São Vicente⁸. Esses relatos registram fortes interações entre indígenas caribes, emissários religiosos, colonos e militares basicamente ingleses e franceses, e africanos de diferentes condições, incluindo os foragidos de naufrágios de navios negreiros e das ilhas vizinhas e alguns que chegaram como escravos. As descrições sobre aspectos da vida dos caribes negros em São Vicente denotam uma intensa dinâmica de circulação entre as Pequenas Antilhas, atividades de comércio, técnicas agrícolas e de navegação e capacidades de negociação e de alianças combinadas com aptidões militares reconhecidas pelas autoridades coloniais e pelos colonos. Um dos aspectos que desperta o interesse de alguns narradores da época são as práticas rituais relacionadas aos mortos e à doença, hoje chamadas genericamente de “culto aos ancestrais”. Apesar de todas as transformações sofridas, essas práticas continuam sendo um dos elementos coesivos de sua identificação como grupo atualmente⁹.

O predomínio fenotípico dos elementos africanos nesse processo de miscigenação pode ser explicado pelo fator demográfico. A presença de africanos de diversas procedências do Caribe foi aumentando gradualmente até superar amplamente o número de indígenas¹⁰, ao passo que a supremacia de fatores culturais ameríndios, como a língua e algumas práticas produtivas, estaria relacionada a uma maior adaptação e domínio do meio geográfico por parte desses povos caribes e aruaques nas Antilhas muito antes do início da chegada de africanos. Taylor (1951, p. 143, citado em González, 2008, p. xxv) se referia à cultura garífuna como um “bolo negro composto essencialmente de ingredientes ameríndios”. González (2008, p. xxvi) insiste na grande capacidade de adaptação dos africanos e na rápida construção de formas culturais novas. Essa interpretação se aproximaria às hipóteses de Mintz e Price (1992 [1976]) que sugerem que as populações de origem africana na América elaboram formas culturais novas nas quais o elemento africano se manifesta através de características ou fragmentos nem sempre explícitos.

As Pequenas Antilhas foram disputadas basicamente por franceses e ingleses. Durante boa parte do período colonial, São Vicente foi um território de predominância caribe devido à tenaz resistência de seus habitantes, tanto como índios caribes quanto posteriormente como caribes negros e vermelhos. Tudo isso em meio a tratados, acordos e uma presença colonial menor com processos embrionários de plantações e intercâmbios comerciais e laborais com os nativos, acompanhada de tensões e períodos de declarada hostilidade. No que tange à concorrência anglo-francesa, a ilha passa ao domínio inglês

em 1763. Tem início um árduo processo de negociações e enfrentamentos entre a vocação inglesa para afirmar seu poder colonial sobre a ilha e a pretensão dos caribes negros e vermelhos de preservar suas terras (González, 2008, p. 48).

Em 1795, as hostilidades se generalizaram e teve início o que se conhece como Guerra do Caribe. Em meados de 1796, as forças caribes se rendem aos ingleses. Nesse contexto, morre o chefe e herói mítico da resistência garífuna, Chatoyer (Beauçage, 1970; Cohelo, 1995 [1955], p. 44), sobre quem se criam relatos heróicos que hoje fazem parte do discurso político memorial do movimento garífuna. Os caribes foram deportados para Baliceaux (outra ilha da região sob domínio inglês) e daí retornaram a São Vicente os poucos caribes vermelhos que haviam sido capturados, enquanto os negros eram deportados para as ilhas de Roatán, na atual Honduras.

Essa primeira fase de conformação dos caribes negros como grupo humano diferenciado se dá num contexto de conflitos coloniais, de guerra, mas também de alianças, negociações e adaptações, às vezes voluntárias e outras vezes forçadas. É com essa experiência histórica acumulada que a deportação para a América Central se torna o cenário no qual os caribes negros vão dar continuidade a seu processo permanente de construções identitárias.

Assentamento transnacional na América Central. Quem são os que chegaram?

Os caribes negros chegam à ilha de Roatán¹¹ em 11 de abril de 1797. Segundo fontes históricas citadas por González (2008, p. 50), desembarcam 2.026 garífunas. Em pouco tempo passam ao porto continental de Trujillo e os homens se incorporam às milícias controladas pelos espanhóis para defender o forte dos ataques ingleses.

Quando os caribes chegam a Trujillo, já havia, desde o ano anterior, 1796, aproximadamente 300 “negros franceses” provenientes de Santo Domingo no contexto do conflito que desencadeou a independência do Haiti¹². As hipóteses dos estudos sobre a presença garífuna na América Central, sua expansão demográfica e seu povoamento ao longo da costa centroamericana sugerem um processo gradual de fusão dos negros franceses com os caribes negros. Mas o processo de relacionamento entre esses negros franceses e os caribes negros carece de melhor pesquisa histórica, bem como as demais dinâmicas de miscigenação nas quais os garífunas terão participação ao longo de seus processos de dispersão pela América Central. Seria plausível pensar que o salto de 2.026 caribes negros que desembarcaram em Roatán para os aproximadamente 400 mil contabilizados atualmente não se explique somente por uma dinâmica de crescimento populacional endógeno dos garífunas. No entanto, a predominância contínua de traços fenotípicos negros até o presente e a persistência de traços culturais nos leva a pensar em uma tendência contrária, ou seja, em um processo no qual as dinâmicas de miscigenação de grupos populacionais com os que coabitaram a América Central tenham sido pouco significativas.

As relações entre espanhóis e caribes negros serão acompanhadas de muitas oscilações. Inicialmente são bem recebidos como guerreiros competentes e pelo ódio “natural” nutrido contra os ingleses, dotados de aptidão para agricultura, comércio e navegação.

Em poucos anos passam a ser considerados como ameaça, graças a suas ideias libertárias que influenciavam negativamente os negros ainda escravizados. As autoridades espanholas chegam a exigir sua expulsão¹³, o que depois se transformou em uma política de dispersão em direção ao resto da costa hondurenha e à La Mosquitia¹⁴.

O processo inicial de dispersão e assentamento dos garífunas ocorre em meio às disputas pelo controle das costas caribenhas da região entre ingleses e espanhóis. Estes haviam estabelecido seu poder no interior continental, mas não conseguiam consolidá-lo nas regiões costeiras devido ao assédio inglês, à resistência de indígenas e à presença significativa de negros de distintas procedências: os creoles (das Grandes Antilhas, cuja chegada coincide com o início da presença colonial inglesa a partir de 1640); e posteriormente os *negros franceses* e os caribes negros no final do século XVIII.

Embora as dinâmicas de mobilidade garífuna tenham continuado até o último processo migratório para os Estados Unidos, pode-se dizer que a partir dos anos de 1830 a territorialização na América Central já possuía um perfil definido¹⁵. Quanto ao processo de povoamento garífuna na América Central, os estudos etnográficos e históricos mencionados coincidem nas características fundamentais. Tratam-se, em geral, de processos migratórios graduais e irregulares, com idas e vindas aos primeiros territórios de assentamento e mudanças de lugar provocadas por diversos motivos até que o povoamento dos novos espaços ocupados se consolida. Os discursos memoriais dos garífunas sobre os fatos marcantes de sua dispersão e territorialização se concentram nas histórias dos chefes de grupos que conduziram os processos migratórios e que são hoje objetos de um culto memorial como heróis da gênese garífuna e fundadores de seus povoados em cada país.

A independência da América Central dos espanhóis, a partir de 1820, e a posterior delimitação de fronteiras nacionais não afetaram de forma substancial essa mobilidade. Os novos países tiveram que continuar convivendo com a presença inglesa em La Mosquitia e em Honduras britânica, atual Belize. A dinâmica de mobilidade transnacional se apoiava no débil controle dos emergentes Estados de suas fronteiras marítimas e na busca contínua de melhores oportunidades produtivas, laborais e de vida. Os laços familiares dos garífunas já estavam tecidos na trama transnacional e ainda hoje continuam vigentes basicamente nas celebrações rituais e nas festas nas quais se ativam os vínculos filiais, pois as cerimônias rituais convocam os grupos de famílias dispersas presentes nos diferentes países. Mario Ellington, líder garífuna guatemalteco afirmou em uma entrevista: “*agora, com o tema da globalização, se fala muito da eliminação de fronteiras e da grande mobilidade das pessoas de um país a outro, pois nós, garífunas, fazemos isso desde que existimos como povo e apesar de todos os problemas não nos detivemos até o presente*”¹⁶.

Desde a chegada garífuna à América Central até a consolidação de sua dispersão transnacional, encontramos variantes na forma de representação e nas apelações etnoraciais utilizadas. A utilização dos vocábulos *garífuna* e *garinagu* era comum como forma de autodenominação em sua língua, mas em espanhol ou inglês, eles sempre se autodenominavam *caribes* e *negros* tal como eram chamados por espanhóis e ingleses. A declaração de

um chefe garífuna chamado Jack, anotada por emissários das autoridades espanholas em Roatán, em sua chegada em 1797, registra o uso do termo *caribe* como forma de autodenominação: “*Não mando em nome de ninguém. Não sou inglês nem francês nem espanhol, nem me importa sê-lo. Sou caribe, um caribe que não está subordinado a ninguém. Não quero ser mais do que sou nem ter mais do que tenho*” (*Gaceta de Guatemala*, 26/6/1797).

González (2008, p. 107) comenta que os registros da igreja católica desde o século XIX os qualificavam como “morenos”, “caribes morenos”, “morenos franceses” ou “caribes pardos”. Em 1825, a primeira Constituição nacional de Honduras se refere a eles como *morenos livres* (Vincensini, 2006, p. 18). Para determinados efeitos, os garífunas eram tratados de forma diferenciada dos demais negros (basicamente os creoles) ressaltando-se sua capacidade de trabalho e seus dotes militares. Em outras situações, eram incluídos simplesmente entre os negros que deveriam ser controlados, expulsos, etc.

Diversas pesquisas etnohistóricas em Honduras¹⁷ e Guatemala mostram como, durante o século XIX, foram utilizadas indistintamente as identificações de *negros*, *caribes*, *caribes negros*, e finalmente *morenos*. Mas segundo Cohelo¹⁸, em Honduras a principal preocupação dos garífunas era que não lhes atribuísem um passado escravo. “Os morenos não querem ser chamados de negros”. Anderson (2008) também apresenta muitos outros exemplos sobre isso, coincidindo com os relatos compilados por Palacio (2005) em Belize. Ao empenho em diferenciar-se dos creoles (negros), a quem os garífunas atribuíam um passado escravo, somam-se ainda as tensões registradas desde o período colonial na disputa por recursos, terras e oportunidades de trabalho em Belize e em La Mosquitia. Por isso, em toda área de povoamento ao redor das plantações de banana, durante a primeira metade do século XX, serão frequentes os atritos entre os *morenos* (garífunas) e os *negros* (os que migram das Antilhas em busca de trabalho ou os trazidos pelas companhias bananeiras).

A circulação de categorias raciais teve, no caso dos garífunas, diversas variantes desde a colônia à fase de construção nacional na América Central. Desse processo participaram tanto as elites que estavam no poder como as próprias populações garífunas. As variações de categorizações de um país a outro, de um período a outro e também em função das conjunturas políticas e econômicas vão oscilar permanentemente.

No entanto, a força da denominação *negro* ligada explicitamente ou não à descendência africana predominou sobre a caracterização dos garífunas como ameríndios. O que não significa que estejamos diante de um alinhamento da questão racial entendida como um enfoque simplesmente biológico e de aparências físicas. Quando se fala de negros no contexto descrito, alude-se também às formas culturais associadas a essa condição de cor¹⁹. No caso dos garífunas, a excepcionalidade perante outros grupos de descendentes de africanos no continente se constrói com base na evidência histórica de sua origem ameríndia, no fato de ter mantido uma língua, e dessa língua, segundo demonstram os estudos, caracterizar-se como predominantemente ameríndia. Mas isso não basta para que o olhar do outro os alinhe espontaneamente aos indígenas nem para que os próprios garífunas se atribuam uma única forma de identificação.

Processos políticos de identificação. A multiplicidade de ser Garífuna

Podemos situar entre 1960 e 1970, em termos gerais, a passagem da identificação como *negros*, *caribes negros* ou *morenos* à generalização do termo *garífuna*. Isto se observa tanto nos estudos sobre esse grupo populacional como por parte de outros atores sociais que são levados por diferentes razões a nomeá-los²⁰. Os próprios garífunas adotaram essa forma de autoidentificação não só em sua língua como também nos idiomas nacionais (inglês e espanhol) dos países em que estão presentes.

Mas esse salto em direção a uma categorização que poderíamos chamar de mais “étnica” ou “cultural” nunca eliminou o recorrente uso genérico de *negro* que os equipara ao restante das populações de origem africana. Essa equiparação acompanha os traços fenotípicos africanos, mas também as representações sobre algumas características de formas de vida e comportamento que lhes são atribuídas ou que os próprios garífunas assumem através de sua afirmação identitária. Tudo isso acompanhado também da identificação mais episódica dos garífunas como indígenas, que ocorre em certos contextos, e com sua reivindicação como cidadãos de cada um dos quatro países centroamericanos nos quais se encontram.

González (1979) conta que o salto de caribes negros a garífunas ocorre no âmbito de um processo de politização influenciado pelo movimento negro nos Estados Unidos por intermédio dos emigrantes garífunas em um processo que primeiro associa a questão garífuna aos movimentos contra a discriminação racial e depois dá lugar à reivindicação de raízes africanas e, em menor medida, ameríndias. Nesse caso, estaríamos diante de um modelo de etnização comum pelo qual passaram vários movimentos negros na América Latina e no Caribe. Destacando sempre a particularidade de sua variante de reivindicação como ameríndios, ocorrida em vários períodos de sua história e à qual nos referiremos mais adiante.

No entanto, a observação das formas de ação política dos garífunas em que a afirmação identitária era utilizada mostra que elas foram determinadas pelas situações concretas que foram tomando forma em cada país centroamericano e que condicionavam suas dinâmicas de participação política e social, pelos níveis conquistados pelas formas de inclusão, mas também pelas expressões de reconhecimento ou inclusão. Ou seja, as formas de ação política não se explicam unicamente pelo contexto externo das influências do movimento negro nos EUA. No caso garífuna, existe um nível intermediário, entre o transnacional e o nacional, que tem relação direta com a combinação entre reivindicações como cidadãos de cada país em que se assentaram, articulada com sua transnacionalidade como povo garífuna, com a importância de sua presença nos Estados Unidos e com as dinâmicas políticas que se desprendem dessa multilocalização.

A esse respeito, recordemos que as sociedades centroamericanas eram vistas, em sua grande maioria, como espaços nos quais se introduziu o modelo quase monopólico para toda América Latina e o Caribe de nações e repúblicas produto da miscigenação indoeuropeia que excluía os negros da formação da nação centroamericana. Pretendia-se apagar o fato histórico da presença significativa e, por vezes, majoritária de escravos, negros li-

vres e mulatos na miscigenação da região (Gundmunson, 2009; Cáceres, 2008; Lizcano, 1993). A essa realidade colonial, soma-se a chegada dos garífunas e antilhanos em meio à disputa pelo controle das costas caribenhas entre ingleses, espanhóis e, posteriormente, entre os governos nacionais emergentes.

Há outras situações contrastantes com o pretendido modelo homogêneo de nações mestiças indoeuropeias no qual a América Central se enquadra. Existe a particularidade do processo de construção social e política do território do atual Belize, antiga colônia britânica e país independente (desde 1981), onde tanto o modelo colonial como as formas assumidas pelo novo Estado nacional têm origem na colonização inglesa e onde a população de origem africana foi majoritária até somente duas décadas atrás²¹. A região de La Mosquitia nas costas limítrofes de Honduras e Nicarágua e em geral o conjunto do Caribe nicaraguense também têm suas particularidades políticas e históricas. Essa região se caracterizou pela presença intermitente do colonialismo inglês, forte presença indígena e creole e fraco controle das autoridades espanholas durante a colônia e, posteriormente, dos governos nacionais.

Esses elementos problematizam a visão de nacionalismo mestiço generalizado com a qual se caracteriza a região e ajudam a explicar as formas diferenciadas que a presença garífuna vai tomando nas distintas sociedades nacionais, suas formas de afirmação identitária e sua ação política associada a esses mecanismos de representação.

Os garífunas de Belize. Um reconhecimento precoce

No caso de Belize, os garífunas conquistam um nível significativo de atuação política e de reconhecimento graças ao contexto nacional específico. Em Belize, a população creole (descendentes de africanos levados como mão-de-obra escrava e ingleses) foi se consolidando como majoritária com o fraco controle territorial exercido pela administração britânica durante o período colonial inglês. Por volta da primeira metade da década de 1960²², os creoles começaram gradualmente a contar com mecanismos de ascensão social e espaços de reconhecimento de parte da administração colonial e assumiram o controle do novo Estado independente a partir de 1981. Os garífunas, mesmo em meio às tensões que enfrentaram com a administração e os colonos ingleses ao chegarem e depois com os creoles no século XIX, também conquistaram um espaço, obtendo reconhecimento, possibilidades de ascensão social e participação em cargos de representação e responsabilidades governamentais.

Desde 1920 há registros da existência de organizações reivindicativas da identidade garífuna em Belize, embora assumindo a denominação de organizações *Caribes*. Em 19 de novembro de 1941, a *Carib Development Society*, organização criada pelo líder garífuna Thomas Vincent Ramos²³, promove a celebração da chegada garífuna ao território belizenho em Dangriga; trata-se do primeiro *Carib Disembarkment Day* com a aprovação das autoridades coloniais. Três anos depois, o dia foi declarado feriado nos povoados do sul do território da colônia habitados na maioria por garífunas. Mais tarde, essa data se

converte em *Garifuna Settlement Day*. Em 1977, antes de Belize se tornar um país independente²⁴, é declarada festa nacional (Cayetano, 1996, p. 35; Izard, 2003; Arrivillaga, 2005, p.76). A principal celebração continua sendo realizada em Dangriga com presença de dignatários do governo nacional. A história e a cultura garífuna são reivindicadas no discurso oficial como parte do patrimônio nacional belizenho e tomadas como exemplo para as populações creoles²⁵.

O *Settlement Day* é uma representação dramatizada da chegada em pequenas embarcações transportando mostas de alguns dos principais produtos agrícolas de consumo dos garífunas ao território do atual Belize, procedentes de Honduras. Posteriormente, as organizações dos demais países da América Central com presença garífuna adaptam a comemoração às suas respectivas histórias nacionais e a vinculam à sua procedência de São Vicente, com o nome de *Yurumein* (São Vicente em língua garífuna). A mobilização para reconhecer o legado histórico e a cultura garífuna em Belize não negava suas origens ameríndias, mas Ramos, o líder de maior visibilidade nesse processo desde 1920, foi também membro ativo da UNIA²⁶ e sua luta pelas reivindicações dos garífunas estava associada às palavras de ordem do garveyismo à frente das populações de origem africana nas Américas (Izard, 2003; Palacio, 2005).

Na década de 1980, o *National Garifuna Council - NGC*, a principal organização garífuna de Belize, surgida em 1981, propõe a reivindicação de uma dupla herança cultural africana e ameríndia. Nesse período, há várias iniciativas de inclusão dos garífunas em movimentos nacionais e transnacionais indígenas nos quais os garífunas conseguem ser incluídos (Palacio, 2005, p. 44-49). A relevância no contexto internacional do reconhecimento dos direitos e cultura dos povos indígenas desde os anos de 1970 é um dos fatores que explicam a força que adquirem por parte dos garífunas esses processos de explicitação de sua herança ameríndia. O NGC retoma a celebração do *Settlement Day* como um dos elementos centrais de sua reivindicação memorial, cultural e bandeira de mobilização política. No contexto belizenho, é uma reivindicação de suas origens e sua cultura diferenciada dos outros grupos étnicos presentes no território (creoles e indígenas maias), mas é também a expressão de seu caráter de edificadores da nação belizenha.

Por volta de 1990, surge em Belize a iniciativa de criar uma coordenação de movimentos negros da América Central que incluísse as organizações garífunas e o conjunto de movimentos dos descendentes de africanos na região. A iniciativa parte do NGC em conjunto com a ODECO (Organização de Desenvolvimento Comunitário), movimento garífuna hondurenho. Logo aderem à organização movimentos negros dos demais países centroamericanos, ampliando o processo de unidade e construção política além da “questão garífuna” nas organizações negras.

Essa mudança está relacionada ao início da inclusão das populações negras ao lado das populações indígenas, desde o final dos anos de 1980, no contexto internacional, com réplicas em alguns países latinoamericanos, segundo a conjuntura das políticas multiculturais da moda. A partir de então, os garífunas enfatizam sua afrodescendência com maior

vigor. Ao mesmo tempo em que se posiciona claramente como parte do movimento negro centroamericano, o NGC inicia o trabalho de preparação do dossier para o reconhecimento da cultura garífuna como peça-chave do patrimônio intangível da humanidade para a UNESCO. Essa iniciativa contou com o aval do governo de Belize ao qual se uniram posteriormente os governos de Guatemala, Honduras e Nicarágua. A candidatura foi aceita em 2001, transformando-se em um novo elemento de legitimação de parte dos movimentos garífunas incluído em seu discurso de reivindicação de direitos (Cayetano, 2005; Izard, 2003).

O caso belizenho mostra a busca de equilíbrio entre múltiplas identificações. Estas compreendem desde a questão garífuna específica como reivindicação de povo afroameríndio até a conquista de sua inclusão nos processos de mobilização transnacional dos povos indígenas nos anos de 1970 (Palacio, 2005). O processo posterior de incentivo à criação da ONECA nos anos 90 os alinha mais enfaticamente à identidade afro e negra. Além disso, apesar da reivindicação de povo transnacional e agora de parte da diáspora afrodescendente das Américas, seu pertencimento nacional como belizenhos também é parte fundamental de seu discurso, conservando um papel importante nos assuntos políticos de seu país.

Honduras. Diversidade de lutas e reconhecimento político

Honduras é o país com maior população garífuna²⁷. Seu povoamento se estendeu por toda sua costa caribenha. O ativismo político garífuna, que inclui de forma explícita suas reivindicações sociais articuladas com sua identidade como povo, tem seus referenciais contemporâneos na criação de OFRANEH – Organização Fraternal Negra de Honduras em 1977. Outros movimentos e associações continuariam surgindo, quase todas a partir de cisões e novas tendências nascidas no seio da OFRANEH. A de maior visibilidade entre elas é a ODECO – Organização de Desenvolvimento Comunitário, criada em 1992 e cujo discurso está centrado na afrodescendência do povo garífuna e em sua inclusão na diáspora africana das Américas, acompanhando assim a tendência contemporânea da maioria dos movimentos negros na América Latina.

A atividade política dos garífunas em Honduras se enquadra inicialmente na participação nas facções confrontadas durante o século XIX nos processos de construção nacional²⁸. Durante o século XX, os garífunas contaram com espaços de representação política importantes nas regiões da costa, alinhados majoritariamente com o partido liberal²⁹. Entre os anos 20 e 30, os garífunas podiam eleger autoridades locais e regionais e contavam com chefes militares regionais e representantes no parlamento (Cohelo, 1955).

Em 1937, sob uma ditadura militar, a comunidade garífuna de San Juan foi acusada de complô aliada ao partido liberal. Como punição, todos os homens da aldeia foram fuzilados. Atualmente, entre os intelectuais e líderes garífunas, o massacre de 1937 é um fato reivindicado como parte importante da memória e da história garífuna (López García 1994; Meléndez, 1997)³⁰. Uma greve de trabalhadores nas plantações de banana hondurenhas ocorrida em 1954 é outro elemento inscrito na memória do movimento garífuna

como antecedente dos processos organizativos contemporâneos. Alguns dos líderes garífunas que fundariam a OFRANEH nos anos de 1970 participaram dessa greve. Nos anos de 1940 e 1950, vários dos garífunas que participaram das formas de resistência política às ditaduras se asilaram nos Estados Unidos, onde conheceram as experiências do movimento negro de direitos civis. E o partido liberal, que assumiu o poder em 1958 colocando fim a um período de ditaduras militares, representou para a maioria dos povoadores garífunas de Honduras uma perspectiva de inclusão social e política. Vários dos fundadores da OFRANEH deram seus primeiros passos na política no partido liberal. Nos anos de 1960, começa a aumentar o número de garífunas que ingressam na universidade (Euraque, 2004, p.180-181).

Em 1972, é criado o Instituto Hondurenho de Turismo que apoiava a difusão das danças garífunas como parte da cultura nacional hondurenha. Honduras vivia sob uma ditadura militar, mas foi nesse contexto que esses passos de institucionalização da questão garífuna foram dados (Euraque, 2004, p. 169, 236). Ainda numa dinâmica de oposição e luta por direitos é criada a OFRANEH em 1977. Às reivindicações contra a discriminação racial e por igualdade inspiradas em parte pela influência recebida dos Estados Unidos, somam-se a luta pelos direitos territoriais e culturais garífunas. Roy Guevara, um dos fundadores da OFRANEH diz: *“inicialmente nos inspiramos nas ideias de Luther King e as combinamos com o exemplo indígena de luta pela terra e pela cultura”*³¹.

Os anos de 1970 marcam uma conjuntura de fortes mobilizações indígenas na América Latina com a questão da terra e da cultura como reivindicações centrais. As reivindicações da OFRANEH se articulam com as dos indígenas hondurenhos, dando início a um processo de convergência e de resposta por parte do Estado que os incluía indistintamente como povos autóctonos.

Os garífunas de Honduras tinham sido classificados pelo Estado como indígenas desde a década de 1860, quando foram considerados *morenos* junto com outros “índios selvagens” da costa norte e de La Mosquitia na legislação que promovia sua integração à nação³². A relação entre autoctonia e etnicidade no caso hondurenho é entendida como sinônimo e por esta via se traça uma ponte entre o indígena, o garífuna e o negro no caso hondurenho (Anderson e England, 2005; Anderson, 2007).

Segundo Roy Guevara,

Em um primeiro momento, para alcançar presença internacional, tivemos que assumir uma identidade indígena para conquistar o reconhecimento em alguns espaços internacionais. Entramos para o Conselho Internacional de Tratados Indígenas^[33] e participamos da criação do Fundo Indígena das Nações Unidas em 1992³⁴.

Já nos anos de 1990, com o início do reconhecimento das populações negras ou de origem africana em vários organismos internacionais e em alguns países da região, registram-se transformações na dinâmica organizativa dos garífunas em Honduras. Surgem novas organizações como é o caso da ODECO – Organização de Desenvolvimento Co-

munitário, que já mencionamos, ou da filial para Honduras da rede transnacional Afroamérica XXI. Essas organizações destacam as raízes e a “africanidade” contemporânea dos garífunas e se incorporam às redes de mobilização transnacional dos movimentos negros da América Latina e do Caribe (Amaya, 2004; Agudelo, 2010).

Em matéria de direitos territoriais, as conquistas são relativas, mas o Estado reconheceu a legitimidade dessas reivindicações e algumas comunidades conseguiram a obtenção de títulos de propriedade³⁵. No que tange às formas de reconhecimento simbólico e político, os garífunas conquistaram certos avanços significativos, mas insuficientes frente à sua plataforma de demandas. Alguns exemplos dessas conquistas são a declaração, em 1996, pelo governo hondurenho, do dia 12 de abril (data da chegada dos garífunas de São Vicente à ilha de Roatán) como dia da etnia negra de Honduras e do município de Punta Gorda em Roatán como Monumento Nacional. Em 1997 é celebrado oficialmente o bicentenário da chegada dos garífunas à América Central³⁶. O governo cria o Centro Cultural Garífuna sob a direção de Crisanto Melendez e garífunas são nomeados Ministro das Etnias e Vice-Ministro da Cultura e das Artes.

Nesse mesmo ano, 1997, a ODECO enfatiza a “institucionalização” ou processo de conquista de terreno nos espaços do Estado para impulsionar as transformações sociais e políticas reivindicadas pelos garífunas. Esse trabalho de “lobby e militância política” é acompanhado de articulação transnacional em redes como a ONECA - Organização Negra Centroamericana e a “Aliança Estratégica de Populações Afrodescendentes” com o argumento de que o reconhecimento das reivindicações comuns aos povos da diáspora negra no âmbito internacional enriquece e potencializa a legitimidade das lutas em escala nacional³⁷.

Atualmente, para a ODECO a reivindicação da dupla herança indígena e africana não desaparece do discurso, mas adquire um papel bastante secundário diante da força da “afrodescendência” suscitada no contexto de preparação na América Latina da conferência das Nações Unidas contra o racismo, realizada em Durban. Essa posição, embora no momento seja majoritária, não é unânime. Salvador Suazo, vice-ministro da cultura afirma:

[...] somos caribes e nossa língua é ameríndia. Não concordo com a denominação de afrodescendentes já que da África provém toda a humanidade. Nós, garífunas, temos mais espaços do que os indígenas porque lutamos mais e porque temos gente mais capacitada para ocupar espaços destinados aos grupos indígenas nos quais estamos incluídos por sermos um grupo afroindígena. Mas nos últimos anos perdemos nossa especificidade devido à força que a categoria afrodescendente ganhou depois de Durban. Devemos manter nossa dupla identidade negra e indígena para poder participar dos espaços de reivindicações tanto dos indígenas como dos afros. É uma vantagem que não estamos sabendo aproveitar³⁸.

O discurso garífuna é acompanhado também de reivindicações de pertencimento nacional que são usadas igualmente como instrumento legitimador de suas demandas aos

respectivos governos. Em Honduras, o discurso garífuna que acompanha as exigências feitas ao governo inclui sempre um chamado para que a participação dos garífunas nas lutas pela independência, suas contribuições nos processos produtivos que constituíram as linhas básicas da economia hondurenha nos séculos XIX e XX, seu dinamismo no seio dos partidos políticos, e até o papel desempenhado na defesa da nação durante o conflito armado com El Salvador nos anos de 1960 não sejam esquecidos. É recorrente a articulação de uma identificação como cidadãos de seu país com a identidade garífuna com duplo componente negro ou afrodescendente e indígena. Isso os associa às identificações genéricas transnacionais.

Guatemala: Ação cultural e inclusão

Na Guatemala os garífunas vivem em sua maioria na cidade caribenha de Livingston, igualmente povoada por mestiços, indígenas e descendentes de migrantes chineses e hindús. Embora representem uma pequena minoria demográfica (aproximadamente 5 mil garífunas, de um total de 13 milhões de habitantes na Guatemala), a afirmação de seu pertencimento ao povo transnacional garífuna e a conservação de suas expressões culturais garantiram sua inclusão na reconhecida diversidade étnica do país basicamente a partir dos acordos de paz dos anos de 1990, como veremos mais adiante. Ao lado dos povos maias majoritários e dos indígenas Xinka, os garífunas são considerados parte da população indígena da Guatemala que representa aproximadamente 50% do total da população do país³⁹.

Coincidindo com os processos nos demais países com presença garífuna, há a manutenção das práticas rituais ou culto dos ancestrais, o fluxo transnacional na América Central e, a partir dos anos de 1970, o início da migração para os Estados Unidos. A principal expressão pública de religiosidade garífuna vinculada ao catolicismo é a festa de San Isidro, padroeiro dos garífunas desde 1892. A essa festa foi incorporada a comemoração da chegada à Livingston e de sua fundação, inspirado no acontecido em Belize a partir de 1941 com o *Settlement Day*. Na Guatemala essa festa foi chamada de Yurumein (São Vicente em língua garífuna). Sua representação no contexto da festa de San Isidro expressa o sincretismo religioso ligado ao catolicismo e à celebração festiva de uma singularidade perante os “outros”. É a reivindicação das origens e da diferença étnico-racial (Arrivillaga, 1985; Agudelo, 2009).

Desde meados de 1980, o Yurumein também é realizado no âmbito da celebração da fundação oficial da cidade (26 de novembro de 1937)⁴⁰ por iniciativa de estudantes garífunas que reivindicam a memória do fundador garífuna de Livingston, Marcos Sánchez Díaz. Surge uma jovem elite garífuna que começa a se politizar através da reivindicação identitária. Com as idas e vindas dos migrantes dos Estados Unidos para as festas e rituais familiares chegavam ecos das lutas do movimento negro. O grupo de estudantes que inicialmente se organizou com o nome de *Ibimini* (doçura) deu lugar ao grupo “Despertar Garífuna Marcos Sánchez Díaz” (Arrivillaga, 2006, p. 63). Sob a influência da Organização Negra Centroamericana – ONECA, em 1995, nasce a ONEGUA – Organização Negra Guatemalteca, criada pelos jovens do “Despertar Garífuna Marcos Sánchez Díaz”, agora profissionais.

Em 1996, são assinados os acordos de paz na Guatemala dando fim ao conflito armado das duas décadas anteriores com destaque para os povos indígenas, principais vítimas do conflito. Os garífunas são reconhecidos como parte da diversidade étnica guatemalteca em um contexto que se nutre do processo global de reconhecimento da diversidade e das políticas multiculturais que se estendem pela América Latina.

Por decreto presidencial de 1996, o dia 26 de novembro é declarado “Dia Nacional do Garífuna”. A celebração mantém seus elementos básicos de articulação do religioso com a reivindicação da memória das origens de sua chegada à América Central com o Yurumein. Mas a festa se transforma em celebração nacional/global articulada com as dinâmicas políticas do movimento garífuna de reivindicação de direitos através de seu reconhecimento oficial nacional e garantia de sua presença no espaço global como parte do movimento afrodescendente transnacional. Ao lado do imperdível Yurumein encontramos atividades políticas e culturais paralelas que fortalecem sua nova dimensão de celebração da identidade garífuna e espaço de reivindicação de direitos. O Estado, por sua vez, participa afirmando seu discurso de aceitação da multiculturalidade.

A afirmação da identidade garífuna na Guatemala se concentra em suas expressões culturais que ainda demonstram muita vitalidade. Do cultural partem para um discurso de reivindicação social e política e de inclusão na sociedade nacional articulando suas identidades transnacionais como garífunas e afrodescendentes com sua cidadania guatemalteca. Segundo Mario Ellington:

Meu objetivo central era dar visibilidade ao povo garífuna da Guatemala. Os acordos de paz, particularmente o que se refere à identidade dos povos indígenas, nos ajudaram muito a retomar essa cidadania e a exercê-la. Temos direito à cidadania plena guatemalteca não somente por uma questão romântica e de propaganda, mas também por nossa contribuição ao país⁴¹.

O Estado, por sua vez, continua limitando sua afirmação da multiculturalidade quase que exclusivamente ao plano cultural, enquanto a agenda de inclusão social e econômica continua relegando principalmente os povos indígenas a condições de extrema pobreza.

Quanto à dupla identificação afrodescendente e indígena, os garífunas da Guatemala optaram por privilegiar a primeira em sua autorrepresentação e a segunda em sua interação com o Estado. Essa dupla identificação não foi, até o momento, obstáculo para que fossem incluídos na diversidade étnica reconhecida pelo Estado que os catalogou como parte dos povos indígenas guatemaltecos. Existe uma ambiguidade que não gera maiores contradições por parte do Estado, dos próprios garífunas ou dos demais atores que interagem na Guatemala com relação às problemáticas étnicas.

Podemos observar como no caso guatemalteco a dinamização política dos garífunas teve influências transnacionais bem marcadas. Os ecos das lutas dos negros nos EUA que chegavam através dos deslocamentos dos migrantes e a criação da ONECA em Belize foram dois fatores fundamentais que catalisaram o processo de politização. Os acordos de paz com o

reconhecimento de direitos para os povos indígenas que incluíam os garífunas também foram um elemento no qual a pressão da comunidade internacional teve um papel determinante.

Na Nicarágua os garífunas não são indígenas, são afrocaribenhos

Embora a presença de garífunas em La Mosquitia nicaraguense tenha sido registrada desde o final do século XVIII, fala-se de assentamentos consolidados somente a partir de 1880, na costa sul da Nicarágua, próximo ao porto de Bluefields, na região costeira chamada Laguna de Perlas. O primeiro povoado se chamou Saint Vincent, depois foram fundadas as comunidades de La Fé, Lauba e o atual assentamento principal, Orinoco, a partir de 1912. O herói fundador de Orinoco é Joseph Sambola. Os estudos sobre essa comunidade indicam um relativo isolamento dos outros grupos de garífunas devido a uma maior distância geográfica e dificuldades de comunicação marítima com as costas de Honduras, Guatemala e Belize (Davidson, 1980, pp. 31-47). A conservação de sua identificação se dá através da continuidade histórica de suas práticas rituais, ao passo que a língua foi se perdendo com a morte das primeiras gerações. A partir dos anos de 1980, no contexto da dinamização das organizações garífunas nos outros países que priorizam o fortalecimento da identidade transnacional garífuna e estimulam a revitalização identitária e a recuperação da língua, surgem contatos que vincularão os garífunas nicaraguenses a esse processo. Além disso, as políticas de reconhecimento de parte do governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN (1979-1990) representaram para os garífunas nicaraguenses um espaço de inclusão como grupo étnico entre a diversidade cultural da costa caribenha desse país através da Constituição Nacional de 1988 e o Estatuto de Autonomia das Comunidades da Costa Atlântica⁴².

Os jovens líderes garífunas da Nicarágua são vinculados atualmente a organismos de direção da ONECA, criaram a Associação Afrogarífuna Nicaraguense – AGANIC e participam de programas de revitalização da língua garífuna com o apoio de outras organizações como o NGC de Belize, a ONECA e, recentemente, de um projeto da UNESCO do qual participaram os quatro países centroamericanos com presença garífuna. O governo sandinista estabeleceu uma clara diferenciação entre grupos indígenas e “comunidades étnicas” nas quais incluiu os garífunas junto com os creoles como grupos afrodescendentes. Nesse contexto e seguindo a tendência atual que prioriza o aspecto afro da identidade garífuna, o debate sobre sua dupla identificação não pesou na Nicarágua. Os garífunas nicaraguenses reivindicam seu pertencimento nacional junto com a identidade como garífunas e afrodescendentes a partir de sua inclusão como povos na Constituição Nacional e no Estatuto de Autonomia. *“Antes da chegada dos sandinistas” e da nova Constituição, não éramos reconhecidos pelo governo nem nos sentíamos nicaraguenses*⁴³.

Migração aos Estados Unidos, vitalidade identitária e circulação

A migração dos garífunas para os Estados Unidos tem início nos anos de 1940. A crise em uma de suas mais importantes fontes de trabalho, a lavoura de banana, é uma

das principais causas do início desse processo migratório. Segundo alguns dos estudos sobre o tema e declarações de alguns garífunas entrevistados recentemente em Nova York (2008) (cf. Mohor de Collado, 2007; González, 2008; Gargallo, 2000; Arrivillaga, 2009), houve uma rápida integração das primeiras gerações de migrantes. Durante a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos absorveram numerosa mão-de-obra em trabalhos portuários, na frota mercante e em outros serviços nos quais os garífunas se integraram. Alguns sugerem que o fato de parte dos garífunas de Belize saber inglês, de não parecerem latinos e poderem “se camuflar” entre os negros norte-americanos facilitou sua inserção econômica na sociedade. E os garífunas que não sabiam inglês tinham mais facilidade para aprendê-lo por já terem uma segunda língua além do espanhol. Isso lhes proporcionou melhores condições em relação aos demais migrantes latino-americanos e caribenhos. Em dezembro de 2008, por ocasião da realização, em Nova York, da assembleia anual da ONECA, era possível apreciar a presença de muitas associações garífunas radicadas nos Estados Unidos bem como sua integração no meio sindical, em agremiações de participação política local e vinculação com movimentos negros norte-americanos. Isso é válido para as gerações de migrantes até a década de 1980. Segundo meus entrevistados, embora contem com o apoio de algumas redes de associações garífunas bem estabelecidas, as últimas gerações têm mais dificuldade de encontrar trabalho e legalizar sua situação de migrantes ilegais.

Também é possível constatar o desenvolvimento de redes de comércio de símbolos culturais, em particular da música, que circulam amplamente através de uma intensa rede de sites na Internet nos quais se “vende” a cultura garífuna em forma de música, vídeos, livros, excursões turísticas, roteiros de viagens de retorno à América Central para as festas e períodos de férias ou por chamados para rituais, produtos regionais típicos etc.⁴⁴

Ao longo da história dessa migração observa-se a manutenção da coesão familiar e ritual. Entre os envios de remessas realizados desde as primeiras gerações de migrantes para suas famílias que permanecem na América Central, incluem-se os gastos dos rituais. Segundo Salvador Suazo,

a presença nos Estados Unidos foi um fator de resgate cultural. Em muitos setores o uso da língua garífuna foi revitalizado como fator de reconhecimento, sendo mais valorizado do que falar espanhol. Falar garífuna é se parecer com os migrantes africanos e isso, entre os negros dos Estados Unidos, tem certo prestígio, ao passo que o espanhol é mal visto [...].⁴⁵

A construção de templos é financiada desde os Estados Unidos, alguns *buyeis* ou sacerdotes que realizam os rituais vivem nos EUA e viajam para a América Central quando seus conhecimentos são solicitados⁴⁶. Essa rede familiar transnacional começou a se formar desde o momento da chegada à América Central e é importante acrescentar que

desde a mobilidade nas Pequenas Antilhas essa rede já estava sendo tecida. As migrações para os Estados Unidos ampliam as dimensões espaciais da rede. Esse fenômeno se mantém e pode-se dizer ainda que se fortalece com o aumento gradual de possibilidades de circulação entre os EUA e os países da América Central. Durante a XIII assembleia da ONECA, realizada em Nova York, em 2008, a presença de associações e outras formas organizativas garífunas superava o restante das populações negras da região e o tema da circulação, do ir e vir, estava muito presente entre os garífunas entrevistados. Durante as festas do dia nacional garífuna em Livingston, também tivemos a oportunidade de conversar com vários “visitantes” garífunas que vieram dos Estados Unidos exclusivamente para as comemorações.

A maior capacidade de mobilização de recursos (de capital e políticos) dos migrantes garífunas nos Estados Unidos reunidos pelas redes familiares e rituais que os mantêm ligados aos seus países de origem na América Central foi um fator determinante para a dinamização política e para seus objetivos de preservação cultural tanto nos EUA, como na América Central. Os núcleos organizativos básicos se relacionavam com seus povoados centroamericanos de origem nos primeiros anos. As formas de organização surgidas inicialmente eram compostas de grupos de garífunas que pertenciam a um povoado e arrecadavam fundos para atividades em sua comunidade, fossem de caráter religioso (cerimônias ou construção de templos para o culto dos ancestrais ou colaboração para a celebração do Yurumein, San Isidro ou outra festa religiosa), ou recursos para infraestrutura (construção ou melhoria de escolas, postos de saúde, parques etc). Essas formas de organização ainda persistem e são muito importantes nos Estados Unidos, mas em determinados contextos se convertem em outras formas de identificação que articulam os garífunas dos quatro países centroamericanos (Gargallo 2002; ODECO, 2008)⁴⁷.

As assembleias gerais da ONECA são espaços que possibilitam a observação dessas dimensões da identificação dos garífunas. Esses encontros são espaços de reencontro dos membros de comunidades específicas da América Central, dos que estão nos Estados Unidos e dos que vêm de seus povoados. Ali tratam de assuntos relativos a seus nexos de solidariedade específica. Um nível mais amplo é o da confluência dos garífunas de um país em particular. Observa-se, por exemplo, a predominância de garífunas hondurenhos com suas reivindicações como cidadãos nacionais e seu poder de influência sobre o governo (a assembleia realizada em Nova York em 2008 foi inaugurada pelo então presidente hondurenho, Manuel Zelaya). Outro nível corresponde à força genérica dos garífunas como comunidade transnacional na América Central e nos EUA e sua importância no seio da ONECA. A partir daí, mas indo além desse espaço regional da ONECA, os garífunas reivindicam sua condição de povo afrodescendente vinculado a redes mais globais que os relacionam a setores do movimento negro na América do Sul, nas ilhas do Caribe e nos Estados Unidos. É um aspecto que vem ganhando importância na atual conjuntura é estar entre os latinoamericanos ou hispânicos nos Estados Unidos que se mobilizam pela melhoria de seu status migratório e de residência entre outras reivindicações.

A “rentabilidade” dos processos de identificação racial e étnica dos garífunas

Para os garífunas, a assunção de suas várias identificações ao longo de sua história parece ter dado os resultados esperados. Com efeito, os esforços em prol da conservação, revitalização e visibilidade de suas expressões culturais serviram como um mecanismo de legitimação de suas demandas e reivindicações sociais e políticas. Atualmente, é um feito o reconhecimento oficial dos garífunas como parte de uma diversidade cultural até alguns anos negada pelo discurso nacionalista mestiço indoeuropeu que prevalecia na região (com a particularidade do caso belizenho).

Vimos como o caso garífuna apresenta um desenrolar mais complexo do que o da maioria das populações negras e indígenas. Seus múltiplos usos de várias categorias de identificação etnoracial apelam para origens e características tanto de afrodescendentes como de indígenas associados à afirmação cidadã de pertencimento nacional, que se articula com a vinculação a redes transnacionais tanto do entorno do movimento indígena como das organizações negras ou de afrodescendentes.

A dinamização dos elementos culturais ligados a processos políticos foi a resposta de alguns líderes e membros de suas comunidades aos processos estruturais de debilitamento traduzidos, a seu ver, em marginalidade histórica em relação às sociedades nacionais, pobreza crescente e perda de territórios. Mas, apesar das conquistas em matéria de reconhecimento, não houve a superação desses fatores estruturais com as políticas multiculturais de reconhecimento.

Um exemplo dessa ambiguidade é o uso do turismo como mecanismo de articulação entre multiculturalidade e desenvolvimento. Na prática, os garífunas enfrentam uma folclorização estimulada pelo Estado e pelos empresários particulares do turismo ávidos em mostrar ao cliente “os encantos das culturas ancestrais junto às paisagens exóticas de suas costas”. Essa apresentação de fragmentos de sua cultura é entendida pelos garífunas dentro do espírito de sua afirmação identitária e de visibilidade como algo que deveria beneficiá-los. Na prática, quem ganha são os empresários do turismo, enquanto os garífunas continuam sendo o elo frágil da cadeia produtiva e os menos beneficiados (Cuiset, 2009). É a lógica da combinação dos imperativos econômicos do Estado e dos capitais nacionais e transnacionais que se encaixam bem no discurso multiculturalista de reconhecimento, mas deixam de fora as reivindicações de inclusão social e econômica dos reconhecidos.

Diante de uma correlação de forças desfavorável com o Estado e dos poderes econômicos e interesses enfrentados, o movimento garífuna continua adotando em suas diferentes expressões a opção de insistir na afirmação de suas identidades como mecanismo de conquista da inclusão social.

Recebido em 13 de dezembro de 2010

Aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2011

Notas

¹ Neste texto utilizo indistintamente os termos garífunas e caribes negros, mas deve-se observar que, efetivamente, até meados do século XX, eles eram chamados de *caribes negros* e assim também se autodenominavam ao usar o espanhol, o inglês ou o francês, enquanto em sua própria língua sempre se autodenominavam *garifuna* ou *garinagu* no plural.

² Mohr de Collado (2007, p. 71) e entrevistas com dirigentes garífunas residentes nos Estados Unidos. São sempre estimativas aproximadas. Atualmente várias organizações garífunas fazem campanha entre os residentes nos Estados Unidos para que respondam à pergunta do censo deste ano (2010) identificando-se como garífunas e não como negros ou hispânicos. (www.garifunaheritagefoundation.org).

³ Segundo dados do SICA (Sistema de Integração Centroamericano), as populações totais dos países com presença garifuna para 2010 seriam: Belize: 310 mil; Guatemala: 14 milhões; Honduras: 7,6 milhões; Nicarágua: 5,8 milhões.

⁴ Estabelecido pela UNESCO em 2001.

⁵ Rey (2005, p. 60) cita uma referência do *Calendar of States Papers* (1880) britânico que se referia a São Vicente em 1635 como uma ilha habitada por índios e alguns negros sobreviventes de dois naufrágios de barcos espanhóis.

⁶ Em termos gerais, os estudos etnohistóricos mais reconhecidos sobre os garífunas coincidem sobre essas versões. Ver, por exemplo, Conzemius (1928), Taylor (1951), Cohelo (1955), Beaucage (1970), Davidson (1974), Gullik (1976), González (1988).

⁷ Os indígenas aruaques desapareceram durante o processo de enfrentamento e miscigenação com os Caribes, deixando presentes vários elementos de sua cultura, especialmente na língua (Cohelo, 1995, p. 25; González, 2008, p.58).

⁸ Ver, entre as principais fontes usadas pelos estudos históricos e antropológicos: Breton (1665), Labat (1722), Du Tertre (1667-1671), Burton (1685), Young (1795), *Calendar of State Papers* (1574 a 1733).

⁹ As confluências entre os elementos comuns nas práticas religiosas e suas transformações estão documentadas tanto nos relatos e crônicas, especialmente dos missionários em São Vicente, como desde meados do século XX nas etnografias clássicas citadas.

¹⁰ Em 1683 se estimava a presença na ilha de 4 mil negros e 2 mil indígenas. Archives nationales, Basse-Terre. Col. C8A12, f. 251. De Blénag et Bégon, “Mémoire pour le roi...”, citado por Rey (2005, p. 65).

¹¹ Roatán é uma das ilhas do arquipélago Islas de la Bahía, no litoral da atual Honduras, mas que no momento do desembarque fazia parte da capitania geral da Guatemala, sob domínio colonial espanhol.

¹² Os trabalhos históricos e as crônicas sobre os antecedentes da chegada e da presença dos “negros franceses” na América Central e no Caribe dominado pelos espanhóis e sua transformação em milícias a serviço dos espanhóis estão documentados em vários estudos. Ver Houdaille (1954), Rey (2005), Victoria (2006).

13. Relato de Ramón Anguiano (1813) no Archivo General de Centroamérica. Citado por González (2008, p. 94).
14. Região costeira entre Nicarágua e Honduras, habitada majoritariamente por índios Miskitos, hostis aos espanhóis e propensos a estabelecer relações com os ingleses.
15. Beaucage (1970) e Davidson (1979) falam de 70 povoados garífunas na costa dos quatro países, com maioria absoluta em Honduras. González (2008, p. 103) indica outras áreas de colonização posterior para Honduras.
16. Entrevista com Mario Ellington, 2008.
17. Entre elas, Amaya (2007) e Euraque (2004).
18. Notas de campo para sua pesquisa de doutorado, Cohelo (1955), citado por Anderson (2008).
19. Ver para o conjunto da América Latina uma reflexão sobre a superposição entre raça e etnicidade em Wade (2000). Anderson (2007) também se baseia nessa percepção sobre a imbricação de raça e etnicidade no caso garífuna.
20. Os estudos acadêmicos citados na bibliografia deste texto também evidenciam essas mudanças na terminologia usada e utilizam Caribes negros, Garífuna – Garinagu.
21. O que se explica pela presença de uma quantidade significativa de escravos trazidos das Antilhas para o trabalho de extração de madeira, principal fonte de recursos da zona até 1930-40. O território do atual Belize é formado por uma ampla área costeira ao norte e um importante maciço montanhoso com vegetação de floresta ao sul. A presença de colonos europeus foi mínima e boa parte da administração colonial era exercida desde a Jamaica. Seu território foi disputado com a Guatemala até o final do século XX. Belize conta com uma população de aproximadamente 300 mil habitantes (Registros do ano 2000).
22. Estabelecimento de formas de autogoverno sob tutela inglesa.
23. T. V. Ramos é uma figura importante no discurso do atual movimento garífuna de Belize, cujas façanhas o igualam ao lendário líder da resistência contra os ingleses em São Vicente, Chatoyer, e a Alejo Beni, guia do grupo fundador de Dangriga em 1823. Ramos militou ativamente pela independência de Belize ao lado dos grupos creoles que reivindicavam essa bandeira desde 1920.
24. Belize conquista sua independência definitiva em 1981, mas desde 1960 adquire níveis graduais de autonomia. O país é membro da Commonwealth desde sua independência.
25. Na comemoração do Settlement Day em 2008, o primeiro-ministro conclamava a população de Belize a retomar o exemplo do povo garífuna na defesa de sua cultura e sua memória; (Discurso do primeiro-ministro; Dangriga, 19 de novembro de 2008).
26. United Negro Improvement Association - Movimento criado por Marcus Garvey.
27. Em números absolutos, representaria 90% do total dos garífunas que habitam a América Central: cerca de 200 mil pessoas. Embora no percentual total da população hondurenha representem 2%, segundo dados do INE – Instituto Nacional de Estatística.
28. Os confrontos clássicos entre espanhóis e *criollos* nos quais os garífunas participaram dos dois lados. Já mencionamos sua participação na defesa das regiões costeiras ao lado

dos espanhóis. Mas alguns também se alistaram nas legiões independentistas. Posteriormente, também se envolveram nas lutas entre os partidários da unificação centroamericana e os defensores das autonomias por país que terminariam se impondo.

²⁹ Durante o século XIX e a metade do XX, Honduras se caracterizou, como boa parte da América Latina, pelo bipartidarismo. O Partido Conservador logo se converte em Partido Nacional e Partido Liberal.

³⁰ Segundo o intelectual garífuna Salvador Suazo, a adesão majoritária dos garífunas ao partido liberal estava relacionada às políticas de apoio às comunidades dos anos 30 do século XX e depois com o ressentimento pelo massacre de 1937. Entrevista com Salvador Suazo, Tegucigalpa, 2009.

³¹ Entrevista com Roy Guevara, Tegucigalpa, 2005.

³² Alvarado García, Ernesto. *Legislación indigenista de Honduras*. Instituto Indigenista Interamericano, México, 1958 (cf. Anderson e England, 2005).

³³ Este organismo surgiu em 1974. A entrada da OFRANEH ocorreu no início dos anos 80.

³⁴ Entrevista com Roy Guevara, Tegucigalpa, 2008.

³⁵ A problemática sobre direitos territoriais tornou-se muito complexa com a intervenção de interesses do Estado e de setores empresariais privados que disputam com os garífunas a propriedade e o uso das áreas de povoamento garífuna principalmente para projetos turísticos. Por sua vez, nem todos os movimentos garífunas dão a mesma prioridade a essa reivindicação. Ver trabalhos sobre o tema do CCARC – *Caribbean Central American Research Council*. <http://www.ccarconline.org/ccarcenglish.htm>

³⁶ A comemoração do Bicentenário da chegada dos garífunas à América Central foi um momento de reafirmação da afrodescendência. Muitos símbolos que circulavam na festa e o conteúdo dos discursos confirmam isso (Anderson e England, 2005, p. 254).

³⁷ Entrevista com Celeo Alvarez, La Ceiba, 2005; ODECO (2008).

³⁸ Entrevista com Salvador Suazo, Tegucigalpa, 2008.

³⁹ Informação procedente do Censo de População e Habitação de 2002. Retirado do *Informe Nacional de Desarrollo Humano*, Guatemala 2005.

⁴⁰ Até esse momento o povoado era conhecido como Labuga (em língua garífuna) ou La Boca.

⁴¹ Entrevista com Mario Ellington, Guatemala, 2008. Foi o primeiro garífuna a se formar na Faculdade de Direito da Universidad de San Carlos. É o principal fundador do grupo Marcos Sánchez Díaz e, depois, da ONEGUA. Atualmente é membro da direção da ONECA. Entre 2003 e 2007 foi membro da Comissão Presidencial contra o Racismo e vice-ministro da Cultura entre 2007 e 2008.

⁴² Chegar a esta etapa de reconhecimento da diversidade cultural e autonomia das comunidades da costa caribenha foi um processo árduo em que a intenção inicial dos sandinistas era integrar plenamente a região do Caribe nicaraguense que desde sua formação histórica se manteve isolada dos processos de construção nacional voltados para o Pacífico. As pretensões integradoras e centralistas dos sandinistas não consideraram as parti-

cularidades étnicas da região. Essa política teve como resposta uma forte resistência das comunidades do Caribe (especialmente dos miskitos, grupo majoritário), assumindo a forma de oposição armada vinculada ao enfrentamento geral ao sandinismo apoiado pelo governo dos Estados Unidos (Frühling *et al.*, 2007).

⁴³. Entrevista com Kensy Sambola, líder garífuna nicaraguense. Membro da AGANIC e da direção da ONECA. *Sandinistas são uma referência ao governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

⁴⁴. Ver, por exemplo, o site www.garinet.com

⁴⁵. Entrevista com S. Suazo, Tegucigalpa, 2009.

⁴⁶. Os rituais sempre se realizam na terra dos ancestrais e por isso o retorno recorrente, mas não sabemos se está havendo alguma outra transformação nas práticas que permita a criação de um território garífuna virtual nos EUA.

⁴⁷. Entrevista com Mirtha Colón, dirigente da ONECA em Nova York, Belize, 2009.

Referências bibliográficas

- AGUDELO, Carlos. Génesis de redes transnacionales de movimientos afrolatinoamericanos. Su presencia en América Central. In: HOFFMANN, Odile (ed.). **Ciudadanía y Política entre los afrodescendientes en México y América Central**. México: CEMCA-INAH-IRD-UNAM, 2010 (no prelo).
- _____. El día nacional garifuna en Guatemala: de fiesta local a instrumentalización nacional/global. Comunicação apresentada no 53º Congreso Internacional de Americanistas. *Los pueblos americanos: cambios y continuidades. La construcción de lo propio en un mundo globalizado*, Cidade do México, 19-24 de julho, 2009.
- _____. Expresiones culturales y dinámicas identitarias desde el Caribe contemporáneo. Simpósio apresentado no 53º Congreso Internacional de Americanistas. *Los pueblos americanos: cambios y continuidades. La construcción de lo propio en un mundo globalizado*, Cidade do México, 19-24 de julho, 2009.
- AMAYA, Jorge. “Reimaginando” la nación en Honduras: de la “nación homogénea” a la “nación pluriétnica”. Los negros garifunas de Cristales, Trujillo. Tese de Doutorado em Estudos Latino-Americanos, Universidad Complutense de Madrid, 2004.
- _____. **Las imágenes de los Negros Garífunas en la literatura hondureña y extranjera**. Tegucigalpa: Edit. Cultura, Colección Premios, 2007.
- ANDERSON, Mark. When Afro Becomes (like) Indigenous: Garifuna and Afro-Indigenous Politics. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, vol. 12, nº 2, p.384-413, 2007.
- _____. Garinagu Hondureña y los significados de “Negro” en los 1930s y 1940s. Comunicação apresentada no Congresso *Díáspora, Nación y Diferencia*, Veracruz, 10-13 jun. 2008.
- ANDERSON, Mark; ENGLAND, Sarah. Auténtica cultura africana en Honduras? Los afrocentroamericanos desafían el mestizaje indohispano en Honduras. In: EURAQUE, Dario *et al.* (eds.). **Memorias del Mestizaje**. Cultura política en Centroamérica de 1920 al presente. Guatemala: CIRMA, 2005. P. 253-294.
- ARRIVILLAGA CORTÉS, Alfonso. *Marcos Sánchez Díaz fundador y protector de gulfuyumu*. Comisión Presidencial contra la discriminación y el racismo. Guatemala, 2006.
- _____. Etnografía de la fiesta de San Isidro Labrador. Livingston, Izabal, Guatemala. *La tradición popular*, Guatemala, Centro de Estudios Folklóricos, USAC, nº 54, 1985, p. 1-16.
- _____. **La población garifuna migrante**. Guatemala: CODISRA, 2009.
- _____. Marcos Sanchez Diaz from hero to hiuraha - two hundred years of Garifuna settlement in Central America. In: PALACIO, Joseph (coord.). **The Garifuna: a nation across borders**. Essays in social anthropology. Belize: Cubola Press, 2005, p. 64-84.
- BEAUCAGE, Pierre. Economic anthropology of the Black Carib of Honduras. Tese de Doutorado, University of London, Londres, 1970.
- BRETON, Raymond. **Dictionnaire caraïbe-français**. Auxerre: B. G. Bouquet, 1665.
- BURTON, Robert. **The English empire in America**. Londres: Nathaniel Crouch, 1685.

- CÁCERES, Rina (ed.). *Del olvido a la memoria: Africanos y afroestizos en la historia colonial de Centroamérica*. San José: UNESCO, v. 1, 2008.
- CALENDAR OF STATE PAPERS. *Colonial Series: America and West Indies, 1574 - 1733*. Londres, publicados entre 1860 e 1939.
- CAYETANO, Marion; CAYETANO, Roy. Garifuna language, dance, and music – a masterpiece of oral and intangible heritage of humanity. How did it happen? In: PALACIO, Joseph. *The Garifuna: a nation across borders*. Essays in Social Anthropology. Belize: Cubola Press, 2005, p. 230-249.
- CAYETANO, Sebastian. *Garifuna History, Language and Culture of Belize Central America and the Caribbean*. Belize: Angelus Press, 1996.
- COHELO, Ruy. *Los Caribes Negros de Honduras*. Honduras, Tegucigalpa: Guaymuraras, 1995 [1955].
- CONZEMIUS, Edward. Ethnographic notes on the Black Carib (Garif). *American Anthropologist*, n° 30, 1928, p. 183-205.
- CUISSET, Olivier. *Tourisme et Garifunas à Livingston, Guatemala. Economie et culture en contexte touristique*. Documento de Trabajo n° 7, *México: Projeto AFRODESC, 2009*. <<http://www.ird.fr/afrodesc/IMG/pdf/Cuaderno7-Cuisset-3.pdf>>.
- DAVIDSON, William. Dispersal of the Garifuna in the Western Caribbean. *Actes of the Forty-Second International Congress of Americanists*, vol. 6, 1979, p. 467-474.
- _____. The Caribs (Garifuna) of Central America. A map of their realm and Bibliography or research. *Belizean Studies*, vol. 4, n° II, 1974.
- _____. The Garifuna of Pearl Lagoon: Ethnohistory of an afro-american enclave in Nicaragua. *Ethnohistory*, vol. 27, n° 1, 1980.
- DU TERTRE, Jean Baptiste. *Histoire générale des Antilles habitées par les François 1635-1671*. Paris: Tolly, 1667-1671. 2 v.
- EURAQUE, Dario. *Conversaciones históricas con el mestizaje y su identidad nacional en Honduras*. Honduras: Centroeditorial, 2004.
- EURAQUE, Dario *et al.* (eds.). *Memorias del mestizaje. Cultura política en Centroamérica de 1920 al presente*. Guatemala: CIRMA, 2005.
- FRÜHLING, Pierre; GONZÁLEZ, Miguel; BUVOLLEN, Hans Peter. *Etnicidad y nación*. El desarrollo de la autonomía de la Costa Atlántica de Nicaragua. 1987-2007. Guatemala: F&G Editores, 2007.
- GARGALLO, Francesca. *Garifuna Garínagu, Caribe*. México: Siglo XXI, 2002.
- _____. Los Garifuna de Centroamérica: reubicación, sobrevivencia y nacionalidad de un pueblo afroindoamericano. *Política y Cultura*, n° 14, 2000, p. 89-107.
- GONZÁLEZ, Nancie. *Sojourners of the Caribbean: Ethnogenesis and Ethnohistory of the Garifuna*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1988.
- _____. From Black Carib to Garifuna: The coming of Age of an Ethnic Group. *Actes du XLII Congres International des Americanistes*, vol. 6, 1979.
- _____. *Peregrinos del Caribe*. Etnogénesis y etnohistoria de los garifunas. Tegucigalpa: Editoria Guaymuraras, 2008 (1988).
- GUDMUNDSON, Lowell. Africanos y afrodescendientes en Centroamérica. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates 2010. PDF, 2009. <<http://nuevomundo.revues.org/index57996.html>>.

- GULLICK, Charles. **Exiled from St. Vincent: the development of Black Caribe culture in Central America up to 1945.** Malta: Malta Progress Press, 1976.
- HOUDAILLE, Jacques. Negros Franceses en América Central a fines del siglo XVIII. **Antropología e Historia de Guatemala**, vol. 6, n° 1, 1954, p. 65-67.
- IZARD, Gabriel. La construcción política de la identidad garifuna en el Belice contemporáneo. **Revista de las Américas. Historia y presente**, n° 1, 2003.
- LABAT, Jean. **The memoirs of Pere Labat, 1693-1705.** Londres: Frank Cass, 1970 [1722].
- _____. **Voyage aux Iles de l'Amérique (Antilles), 1693-1705.** Paris: Seghers, 1979 [1722].
- LIZCANO, Francisco. La población negra en el Istmo Centroamericano. *In*: MARTÍNEZ MONTIEL, Luz María (coord.). **Presencia africana en Centroamérica.** México: Conaculta, 1993.
- LÓPEZ GARCÍA, Virgilio. **La bahía del Puerto del Sol y la masacre de los garifunas de San Juan.** Tegucigalpa: Ed. Guaymuras, 1994.
- MELLENDEZ, Armando Crisanto. **El enojo de las sonajas. Palabras del Ancestro.** Tegucigalpa: Graficentro, 1997.
- MINTZ, Sydney; PRICE, Richard. **The birth of African-American culture. An Anthropological Perspective.** Boston: Beacon Press, 1992 [1976].
- MOHR DE COLLADO, Mauren. Los garinagu en Centroamérica y otros lugares. Identidades de una población afro-caribe entre la tradición y la modernidad. **Idiana**, n° 24, 2007.
- ODECO, Revista. 211 años de presencia garifuna em Centroamérica. La Ceiba, 2008.
- PALACIO, Joseph. Reconstructing Garifuna oral history – techniques and methods in the history of a Caribbean people. *In*: PALACIO, Joseph (coord.). **The Garifuna: a nation across borders.** Essays in social anthropology. Belize: Cubola Press, 2005, p. 43-63.
- _____. The multifaceted Garifuna: juggling cultural spaces in the 21st century. *In*: PALACIO, Joseph (coord.). **The Garifuna: a nation across borders.** Essays in social anthropology. Belize: Cubola Press, 2005, p. 105-122.
- _____. (coord.). **The Garifuna: a nation across borders.** Essays in social anthropology. Belize: Cubola Press, 2005.
- REY, Nicolas. **Quand la révolution, aux Amériques, était nègre...** Caraïbes noirs, negros franceses et autres “oubliés” de l’histoire. Paris: Karthala, 2005.
- TAYLOR, Douglas. **The Black Caribs of British Honduras. Viking Fund Publications in Anthropology**, n° 17, Nova York, 1951.
- _____. Carib, Caliban, Cannibal. **International Journal of American Linguistics**, n° 24, p. 156-157, 1958.
- VICTORIA, Jorge. Los negros auxiliares de España en Centroamérica. *Boletín AFEHC*, n° 21 (2006-06-04). <<http://afehc-historia-centroamericana.org/375>>
- WADE, Meter. **Raza y etnicidad en Latinoamérica.** Quito: Ed. Abya-Yala, 2000 (1997).
- YOUNG, William. **An account of the Black Charaibs in the Island of St. Vincent.** Londres: Frank Cass, 1971 [1795].